

1 ATA DA OCTAGÉSIMA TERCEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO  
2 CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
3 - CONANDA

4 Às nove horas e vinte minutos do dia oito de agosto de dois mil e um, deu-se início a  
5 Octagésima Terceira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da  
6 Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pelo seu Presidente CLÁUDIO  
7 AUGUSTO VIEIRA DA SILVA ( FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL ).  
8 Presentes os conselheiros titulares, NORMANDO BATISTA SANTOS (ABONG );  
9 MARIA STELA SANTOS GRACIANI ( PUC-SP ); MARIA IZABEL DA SILVA (   
10 CUT ); MANOEL MESSIAS MOREIRA DA SILVA ( MNDH ); JOACIR DELLA  
11 GIUSTINA ( CNBB ); RACHEL NISKIER SANCHEZ ( SBP ); OZANIRA  
12 FERREIRA COSTA ( CECRIA ); JOSÉ FERNANDO DA SILVA ( CENTRO DE  
13 CULTURA LUIZ FREIRE \* ); KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO  
14 (CFESS); GUILBERT ERNESTO DE FREITAS NOBRE ( MS ); CAIO LUIZ  
15 DAVOLI BRANDÃO ( MP ) ; JOSÉ ANTONIO ANGELO MOTTI (MPAS).  
16 OSVALDO MARCOLINO ALVES FILHO ( MF). Presentes também, os  
17 conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta  
18 assembléia: Júlio Boaventura Santos Matos (MRE); Eliana Crisóstomo ( MJ ), Clóvis  
19 Ubirajara Lacorte (CASA CIVIL ). Ausências justificadas dos representantes do  
20 MEC, MS e MINc. Os conselheiros suplentes representantes da sociedade civil  
21 Olympio de Sá Sotto Maior (ABMP) e Marcos Antonio Colares (OAB), foram  
22 convocados e estiveram presentes para assessorar a conclusão do documento sobre os

23 parâmetros de ação e funcionamento dos Conselhos Tutelares. Estiveram presentes  
24 também as conselheiras suplentes da sociedade civil Jussara de Goiás (MNMMR),  
25 Laura Rosseti (FENAPAE's) e Beatriz Hobold (Pastoral da Criança ). I - O  
26 Presidente abriu os trabalhos submetendo a Pauta à plenária, tendo a mesma sido  
27 aprovada por todos como segue:II – Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da  
28 Octagésima Segunda Assembléia Ordinária Descentralizada do Conanda. A Ata da  
29 Octagésima Segunda Assembléia foi aprovada com correções pertinentes. III –  
30 Apresentação e discussão do programa bolsa-escola- MEC – Estiveram presentes na  
31 plenária do Conselho para apresentação do programa as representantes do MEC  
32 Regina Covas e Paula Galeano em substituição ao Secretário do programa Antonio  
33 Floriano Pesaro, que por motivos de trabalho não pode comparecer. Foram  
34 apresentados os objetivos do programa e o êxito que o mesmo vem obtendo junto a  
35 população, as responsabilidades do governo federal e das Prefeituras, a forma de  
36 pagamento, a documentação necessária e a meta para o ano de dois mil e um. Foi  
37 esclarecido sobre a necessidade da constituição do Conselho ou da designação de  
38 Conselhos já existentes, desde que sejam paritários e que o objetivo maior do  
39 programa é o acesso da criança à escola. Após a explanação das expositoras foi  
40 aberto o debate, tendo sido registrado os seguintes pontos: 1) A conselheira Maria  
41 Izabel fez um breve relato das discussões havidas na assembléia de Salvador sobre  
42 trabalho infantil e do documento entregue ao Conanda enfocando alguns pontos  
43 relevantes como a questão do artigo sétimo do Programa que limita a participação das  
44 famílias que já tenham crianças e adolescentes atendidos pelo PETI; como se dará o

45 pagamento em municípios onde não existem agências da Caixa Econômica Federal e  
46 Casas Lotéricas; que para alguns municípios o valor da bolsa é insignificante e  
47 denunciando que os Prefeitos estão abolindo o PETI para ficar com o bolsa escola; 2)  
48 A conselheira Ozanira indagou como o PETI e o bolsa escola se integram e como se  
49 dá a articulação e integração desses programas; 3) O conselheiro José Fernando  
50 indagou como é feito o cadastramento das famílias; 4) A conselheira Maria Stela  
51 lamentou que esses programas não passem pelo Conanda antes da sua implantação.  
52 Para ela os programas estão desvinculados das setorizações e que a população não  
53 quer políticas episódicas e sim políticas perenes. Falou da importância da  
54 universalização, da qualidade e da proposta pedagógica. A conselheira questionou se  
55 existe a preocupação da qualidade de ensino e se há uma definição para a mesma ; 5)  
56 A conselheira Kênia, questionou os valores pagos pelo PETI e pelo bolsa escola; 6) A  
57 conselheira Eliana enfocou a qualidade da escola questionando se o bolsa escola está  
58 na Educação por causa da criança ou família. Propôs ao Conanda discutir a política  
59 da família; 7) O conselheiro Messias indagou sobre as possibilidades de reformulação  
60 do programa o mais urgente possível, antes que o mesmo esteja implantado em todos  
61 os municípios e como o município pode rever a sua meta. Sugeriu ao Conanda oficial  
62 essas mudanças ao MEC; 8) O representante do Fórum Nacional Charles Pranke  
63 destacou a importância da regulamentação dos programas por parte dos Conselhos de  
64 Controle. Alegou que a Carta enviada aos municípios é tendenciosa visto que a  
65 mesma dá a indicação de quem deve participar dos Conselhos. Alegou ainda que na  
66 verdade deveriam passar esta atribuição ao Conselho de Direitos e/ou ao Conselho de

67 Assistência Social. Louvou a iniciativa do ministério, porém alegou que quem deve  
68 efetuar o trabalho com as famílias é o município. Todos os questionamentos foram  
69 respondidos pelas expositoras. Dr<sup>a</sup> Regina Covas destacou ainda a importância da  
70 parceria com o Conanda e com os Conselhos Estaduais se comprometendo enviar o  
71 número de municípios homologados com a implantação do programa. A conselheira  
72 Maria Izabel sugeriu elaborar um documento a ser enviado ao MEC incluindo a  
73 proposta do Messias e posteriormente manter articulações com os parlamentares para  
74 emendas no programa bolsa escola. Neste momento a conselheira fez a entrega do  
75 documento recebido na Bahia às representantes do MEC, para as providências  
76 necessárias. As expositoras agradeceram a oportunidade de estarem aqui presentes,  
77 com a certeza de que doravante irão trabalhar juntos. O Presidente agradeceu as  
78 representantes do MEC ressaltando a importância da apresentação do programa e das  
79 discussões havidas. **IV – Trabalho de Grupos das Comissões Temáticas – As**  
80 **Comissões Temáticas se reuniram no restante do horário da manhã e parte do período**  
81 **da tarde para tratarem de assuntos relativos as suas áreas de atuação. V – Relato das**  
82 **Comissões Temáticas: 1 ) Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Sócio**  
83 **Educativas –O conselheiro Manoel Messias fez o relato dos trabalhos da Comissão**  
84 **abordando os pontos abaixo relacionados: a) A Secretaria Executiva deverá notificar**  
85 **os Estados que ainda não enviaram os projetos e/ou documentos para assinatura de**  
86 **convênios objetivando o apoio às ações de Campanha Educativa sobre o Sistema de**  
87 **Garantia de Direitos, dando o prazo até o dia vinte de agosto para o devido**  
88 **encaminhamento e notificar aos estados que ainda não encaminharam suas propostas**

89 que não mais poderão fazê-lo; b) Os conselheiros José Fernando e Maria Stela virão à  
90 Brasília no dia quinze de agosto para elaborarem pareceres dos projetos já analisados,  
91 juntamente com a conselheira Eliana. Os Estados contemplados são: Goiás, Mato  
92 Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do  
93 Norte, Bahia, Sergipe, Ceará, Pará, Tocantins, Alagoas, Roraima e Rondônia. O  
94 Estado da Paraíba não será beneficiado uma vez que seu Conselho Estadual encontra-  
95 se sem funcionamento. A Comissão não aprovou o projeto do Estado de Minas  
96 Gerais por estar em desacordo com a Campanha Sócio –Educativa sobre o Sistema de  
97 Garantia de Direitos. O Projeto enviado Por eles é para continuidade da Campanha de  
98 Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O Projeto do  
99 Estado de São Paulo não foi aprovado por se apresentar incompleto e sem a devida  
100 documentação. Quanto ao Estado do Rio Grande do Sul, o mesmo se encontra  
101 inadimplente com o Ministério da Justiça/FNCA/CONANDA, não podendo ser  
102 firmado Convênio. Os Estados do Mato Grosso, Amazonas, Amapá, Espírito Santo,  
103 Paraná, Distrito Federal e Maranhão não enviaram seus projetos até a data desta  
104 assembléia. Quanto aos projetos de medidas sócioeducativas, os Estados do Espírito  
105 Santo ,Rio de Janeiro e Bahia não enviaram suas propostas reformuladas, devendo a  
106 Secretaria Executiva notifica-los. No que se refere aos Estados do Acre, Pernambuco  
107 e Mato Grosso, a Secretaria Executiva deverá verificar o parecer do DCA e adotar as  
108 devidas providências no sentido de viabilizar os convênios. O Estado de Sergipe não  
109 encaminhou projeto apesar de solicitação por parte do Conanda ; c) com relação ao  
110 orçamento para dois mil e dois, os conselheiros Caio e Eliana estiveram reunidos com

111 técnicos do governo para discutir o orçamento, objetivando garantir recursos para o  
112 funcionamento do Conanda naquele exercício. As bases das negociações buscaram  
113 garantir no mínimo o mesmo valor dos anos anteriores, ou seja, trezentos mil reais.  
114 Os conselheiros informaram que há um compromisso por parte do governo em  
115 disponibilizar este valor. Novamente retornou-se o debate sobre a importância do  
116 Conanda possuir uma rubrica própria no orçamento e não mais estar atrelado a  
117 rubrica do DCA/MJ. A Comissão sugere retomar no próximo ano os  
118 encaminhamentos já propostos pela plenária no mês de junho de dois e mil e um; d)  
119 com relação a proposição de repasse fundo a fundo o assunto será aprofundado na  
120 próxima plenária. O novo representante do Ministério da Fazenda ficou incumbido de  
121 elaborar parecer sobre o tema; no tocante a proposta de captação de recursos para o  
122 Fundo Nacional, também será aprofundado na próxima plenária; e) no que se refere  
123 ao monitoramento dos projetos em execução a Comissão entende que é muito  
124 importante realizar visitas aos estados que estão executando projetos apoiados pelo  
125 Fundo Nacional, visando monitorar os resultados e a prestação de contas dos recursos  
126 conveniados, para tanto, a Comissão estabeleceu responsabilidades entre os  
127 conselheiros: **Piauí e Ceará** – José Fernando e Messias, **Minas Gerais** – Stela e  
128 **Cláudio, Goiás** – Eliana e Cláudio; **Pará** - todos os integrantes da Comissão com  
129 intuito de conhecer a experiência que vem apresentando resultados significativos,  
130 uma vez que o índice de reincidência nas unidades de internação chega a nove por  
131 cento índice considerado muito expressivo, a Comissão propõe visitar o Estado nos  
132 dias trinta de setembro, primeiro e dois de outubro. Os conselheiros responsáveis pelo

133 monitoramento devem apresentar à Secretaria Executiva o calendário de visita; f)  
134 Com relação a visita a Montes Claros, a Secretaria Executiva deverá manter contatos  
135 com a senhora Sandra Veloso para obter informações acerca do documento enviado  
136 sobre os compromissos acordados;g) Quanto aos parâmetros sobre medidas sócio-  
137 educativas, a Comissão realizou reunião com o DCA objetivando detalhar uma  
138 agenda de elaboração da proposta para as construções e projetos pedagógicos. Estes  
139 parâmetros servirão para orientar a aprovar projetos encaminhados ao DCA e  
140 CONANDA. Serão efetuados levantamento bibliográfico, articulação com o  
141 FONACRIAD, visitas a experiências , realização de cinco oficinas regionais,  
142 realização de diagnóstico através de questionários, e reuniões on line. O grupo será  
143 coordenado pelo Gerente do Programa de Reinserção Social do Departamento da  
144 Criança e do Adolescente – DCA, senhor Atílio; h) no que diz respeito a redução da  
145 idade penal, a Comissão foi informada das mudanças ocorridas no Congresso  
146 Nacional após a substituição do relator, possibilitando a retomada de articulação com  
147 parlamentares e outros segmentos sociais. O novo relator propôs realizar oito  
148 audiências públicas, sendo que a Comissão de Constituição e Justiça já indicou os  
149 Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e São Paulo. Foi  
150 proposto e aprovado que o Conanda encaminhe ofício ao relator da Comissão de  
151 Constituição e Justiça, colocando-se como parceiro na realização destas audiências,  
152 sugerindo a inclusão dos Estados da Bahia, Pará, Rio de Janeiro e Pernambuco, e que  
153 as audiências públicas comecem pelo Estado de Santa Catarina; i) a conselheira  
154 Kênia se comprometeu enviar o relatório de visita a Montes Claros à Secretaria

155 Executiva para socializá-lo com os demais conselheiros. 2 - **Políticas Públicas / IV**  
156 **CNDCA** – inicialmente a Coordenadora do Movimento Nacional dos Meninos e  
157 Meninas de Rua e conselheira suplente do Conanda, Jussara de Goiás apresentou a  
158 proposta pedagógica da Conferência Lúdica para os adolescentes, cujo objetivo é  
159 efetivar a participação de adolescentes na Conferência Nacional dos Direitos da  
160 Criança e do Adolescente consolidando o protagonismo no que diz respeito à  
161 elaboração, avaliação e execução de políticas públicas a eles destinados. A proposta  
162 foi aprovada por todos com adequações no tocante a meta e custos da mesma. Em  
163 seguida, a conselheira Maria Izabel informou sobre o andamento dos preparativos da  
164 IV Conferência no que diz respeito a definição e confirmação dos nomes dos  
165 painelistas, expositores e assessores, espaço físico, logomarca, proposta de trabalho  
166 para sistematização das Conferências Estaduais e Distrital , confecção dos Anais,  
167 regimento interno, metodologia para as mini-plenárias, folder, etc..., estabelecendo o  
168 prazo para as providências e os seus responsáveis. Com relação ao local para  
169 realização da Conferência, em virtude do recebimento de correspondência do Colégio  
170 Militar de Brasília, informando sobre a impossibilidade de sediar a mesma, alguns  
171 integrantes da Comissão juntamente com o Presidente do Conanda visitaram outros  
172 locais para verificar a viabilidade de realização do evento, inclusive mantiveram  
173 contatos com o Comando do Colégio Militar para discutir a viabilidade de  
174 redefinição da decisão do Colégio. O Comandante ficou de estudar o assunto e  
175 apresentar sua posição o mais rápido possível. Com relação aos demais assuntos  
176 tratados na Comissão a relatora Maria Izabel destacou o que segue: a) O conselheiro



177 de Uberlândia solicita informações sobre o conteúdo do artigo noventa do ECA no  
178 que se refere à natureza das entidades que executam medidas sócioeducativas em meio  
179 aberto. Foi proposto responder que as entidades que atuam com os programas de  
180 proteção, extra-curricular, está disposto na resolução número setenta e um do  
181 Conanda enviando cópia da mesma ao interessado; b) o senhor Ely Araújo do Rio de  
182 Janeiro solicita parecer do Conanda sobre "Comissário de Menores". O documento  
183 deverá ser repassado aos conselheiros Olympio e Marcos para o devido parecer; c)  
184 acusar o recebimento do documento enviado pelo Ministério Público de Alagoas,  
185 recomendando aos médicos, profissionais das áreas de saúde, professores, diretores e  
186 responsáveis por estabelecimento de saúde e ensino fundamental e creches do  
187 município que comuniquem a Promotoria da Infância e da Juventude os casos de  
188 suspeitas e ou confirmação de maus tratos e violência de crianças e adolescentes;d)  
189 acusa recebimento do relatório da Conferência Municipal dos Direitos do município  
190 de Tapira – PR; e) enviar ofício parabenizando a jovem Ativista **Poema Munlenberg**  
191 por ter-se eleito conselheira juvenil para a América Latina e Caribe do programa  
192 das Nações Unidas para o Meio Ambiente;f) acusar o recebimento de release  
193 informando sobre a realização das Conferências Municipais dos Direitos e da  
194 Assistência Social nos municípios de Pacaraíma e Rarainópolis - RR ; g) acusar o e-  
195 mail recebido do CRAMI contendo proposta de mobilização e articulação do Estado  
196 de São Paulo, após o Seminário Estadual Pacto São Paulo , Contra a Violência,  
197 Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, para a III Jornada de  
198 Integração da Região Sul pelo FIM da Violência, Tráfico e Exploração Sexual de

199 Crianças e Adolescentes, a realizar-se no dia vinte e sete de julho. Foi informado pela  
200 relatora que o conselheiro Clóvis Lacorte representou o Grupo de Trabalho sobre  
201 Tráfico no referido evento;h) convite recebido do CMDCA/Guarulhos/SP, para que a  
202 conselheira Maria Izabel seja expositora na Conferência Municipal sobre o tema  
203 Conjuntura Nacional de Violência Contra Crianças e Adolescentes e os Aspectos  
204 Sociais a serem implementados, tendo sido informado sobre a sua participação;; i) a  
205 conselheira Maria Izabel fará análise dos documentos recebidos contendo  
206 Recomendações número um da Câmara Interinstitucional de Proteção ao Trabalho do  
207 Adolescente da Delegacia do Trabalho de Minas Gerais, dispendo sobre a jornada de  
208 trabalho a ser cumprida por adolescentes inscritos em programas de aprendizagem, de  
209 acordo com o que dispõe a lei número dez mil e noventa e sete de dois mil e  
210 Recomendações número dois que dispõe sobre a prática de estágio para estudantes  
211 matriculados em cursos de nível médio, superior, profissionalizante e educação  
212 especial, em órgãos e entidades públicas e privadas;j) recebimento de material de  
213 divulgação da Conferência Municipal dos Direitos de Jaguariúna-SP; l) visita da  
214 Coordenadora Nacional Para Integração da pessoa Portadora de Deficiência -  
215 CORDE, Ismaelita Alves de Lima. A referida Coordenadora foi convidada para  
216 participar da próxima reunião da Comissão no dia onze de setembro, às onze horas,  
217 para apresentação de propostas e metas; m) tendo em vista questionamentos feito ao  
218 conselheiro Joacir sobre a Portaria Número Seis do Ministério do Trabalho e  
219 Emprego, que dispõe sobre as piores formas de trabalho, alegando que várias  
220 entidades que executam profissionalização estão com dificuldades no tratamento

221 dessas questões, foi proposto pela Comissão solicitar a presença do conselheiro  
222 Glauber Santos e do Sr. Luiz Gonzaga, respectivamente presidente e relator da  
223 Comissão Tripartite da Convenção Cento e Oitenta e Dois, para debater o assunto na  
224 próxima plenária do Conanda a realizar-se no mês de setembro; n) recebimento de  
225 documento da Deputada Rita Camata respondendo a solicitação do Conanda para  
226 incluir no relatório da CPI da Prostituição documento contendo denúncias de  
227 envolvimento de crianças e adolescentes em bordéis da cidade do Rio de Janeiro.  
228 Segundo a Deputada, não há mais possibilidade de inclusão, tendo em vista a sua  
229 aprovação no ano de mil novecentos e noventa e quatro, entretanto, a Deputada  
230 informa que enviou o documento ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude do Rio  
231 de Janeiro para as providências cabíveis; o) recebimento de correspondência da  
232 coordenação das Ações Integradas da Criança e do Adolescente e da Família do  
233 governo do Mato Grosso do Sul, solicitando parecer sobre Patrulha Mirim e sobre  
234 projetos em parceria com segmentos militares. Foi decidido para que a Secretaria  
235 Executiva solicite cópia do projeto e do regimento interno a fim de que a conselheira  
236 Maria Izabel possa dar o devido parecer; p) ofício recebido do Ministério Público  
237 Federal – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ceará, indignado sobre  
238 as providências tomadas pelo Conselho a respeito de investigações, objetivando  
239 instituir o procedimento administrativo que trata da morte de vinte e oito bebês em  
240 creches da FEBEMCE em fevereiro de mil, novecentos e noventa e quatro. Foi  
241 deliberado que a Secretaria Executiva solicite o envio de cópia do documento  
242 enviado ao Conanda naquela época e solicite ao Conselho Estadual dos Direitos

243 informações sobre o fato e sobre a existência ou não ainda da referida fundação. **3.**  
244 **Comissão de Articulação / Conselhos de Direitos e Tutelares** – A conselheira  
245 Laura Rosseti fez o relato dos trabalhos destacando o que segue:a) Consulta da  
246 Secretaria de Ação Social, Cidadania e Trabalho de Mato Grosso do Sul, sobre se é  
247 correto é qual o embasamento legal em caso de um Conselheiro Tutelar que toma  
248 posse, se afasta e quer retornar. Foi proposto e aprovado responder ao interessado que  
249 sejam consultados os Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos e o Ministério  
250 Público locais, como primeiras medidas; b) recebimento de denúncias do Conselho  
251 Tutelar de Altamira - PA – sobre a falta de condições de trabalho do referido  
252 Conselho. Foi aprovado oficiar ao Ministério Público acerca das denúncias e solicitar  
253 informações sobre a situação atual do Conselho, bem como oficiar o Conselho  
254 Tutelar sobre as providências adotadas; c) A conselheira tutelar Andréa Oliveira  
255 encaminha ofício solicitando informações sobre a realização do Encontro de  
256 conselheiros tutelares a ser realizado em Joinville no mês de agosto. Foi aprovado  
257 responder à interessada que o Conanda não fez parte da Coordenação do Encontro;  
258 d)denúncia do Conselho Tutelar de Santa Maria – DF, sobre a falta de condições de  
259 trabalho. Foi aprovado o envio do documento ao Conselho dos Direitos do Distrito  
260 Federal e ao Ministério Público/Promotoria da Infância e Juventude do DF, para as  
261 providências que o assunto requer; e) recebimento de notificação do Conselho Tutelar  
262 de Uberlândia para conhecimento do Conanda sobre o acionamento do Ministério  
263 Público para iniciar ações de responsabilização por ofensa aos direitos da criança e do  
264 adolescente pelo não oferecimento ou pela oferta irregular de atendimento em creches

265 ou pré-escolas com base no artigo duzentos e oito do Estatuto ; f) com relação aos  
266 parâmetros de funcionamento dos Conselhos Tutelares a relatora informou que o  
267 documento sofreu pequenas alterações para acoplar as contribuições de Edson Seda e  
268 José Ricardo. Ficou definido que o documento do Edson Seda será repassado aos  
269 conselheiros e que depois de feito será novamente submetido a plenária, ficando os  
270 conselheiros Olympio e Marcos responsáveis pela conclusão do mesmo e circula-lo  
271 via e-mail aos conselheiros, para os ajustes finais e aprovação eletrônica;g) com  
272 relação a participação do conselheiro Motti no I Congresso Sul Brasileiro dos  
273 Conselhos Tutelares realizado em Joinville, a relatora informou que o conselheiro fez  
274 o relato de sua participação à Comissão, informando que o evento obteve sucesso  
275 absoluto com representantes de todos os estados brasileiros. Falou sobre a carta de  
276 Joinville que representa um grande progresso quanto ao papel dos Conselhos Tutelares  
277 enquanto instituição de garantia de direitos. Informou ainda que o conselheiro Motti  
278 foi convidado a participar de reunião nos dias quatorze e quinze de julho para tratar  
279 da reunião sobre o Encontro de Joinville, que tratará sobre o Encontro Nacional e  
280 que os debates havidos inviabilizaram o processo de integração para a realização do  
281 evento. O conselheiro Motti trouxe ainda da reunião as seguintes proposições dos  
282 conselheiros tutelares: a) criação de associações nos Estados e uma Federação  
283 Nacional de Conselhos Tutelares;b) criação de uma Associação Nacional e criação de  
284 um Fórum de Articulação Estadual com desdobramento nacional. Os membros da  
285 Comissão de Articulação manifestaram-se sobre o assunto e concluíram que o  
286 Conanda não deve ficar alheio aos acontecimentos e faça a designação de um

287 Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente para promover um debate interno  
288 na próxima plenária sobre o assunto . O assunto foi amplamente discutido pela  
289 plenária, tendo sido deliberado a realização de discussão interna sobre o tema na  
290 próxima plenária, ficando a Coordenadora da Comissão responsável pela definição do  
291 tema e dos procedimentos dos trabalhos. **4 – Comissão de Comunicação** - O  
292 coordenador da Comissão José Fernando se propôs juntamente com o Presidente do  
293 Conanda elaborar os pareceres dos documentos recebidos e circulá-los via e-mail  
294 para sua aprovação. **VI – Assuntos Gerais** – 1 ) Convite da Comissão de Seguridade  
295 Social e Família para o Conanda participar de audiência pública para leitura do  
296 relatório de cúpula que será apresentado pelo Brasil na cidade de Nova York. Os  
297 conselheiros Joacir e Júlio irão representar o Conselho no referido evento; 2) Com  
298 relação aos pareceres dos Projetos da Deputada Ana Corso, ficou assim deliberado: a)  
299 projetos sobre creches, conselheiras Marilda e Maria Stela; b) Educação Infantil,  
300 conselheiros Normando e Motti; e) Projeto sobre Trabalho Infantil/CLT, conselheiros  
301 Glauber e Maria Izabel e projeto sobre a internet, conselheiros José Fernando e  
302 Eliana. Todos os pareceres devem ser apresentados na próxima plenária para sua  
303 deliberação; 3) Convidar a coordenação do Programa Autoridade Central para a sua  
304 apresentação na assembléia do mês de setembro; 4) A Secretaria Executiva deverá  
305 solicitar ao Conselho Estadual dos Direitos do Rio Grande do Norte o agendamento  
306 para visita dos conselheiros Messias e Marcos ao Estado para tratarem sobre as  
307 questões de abuso e exploração sexual no município de Macau; 5) A conselheira  
308 Maria Izabel informou sobre a realização da Conferência Lúdica de São Paulo ;6) A

309 Maria Izabel informou sobre a realização da Conferência Lúdica de São Paulo ;6) A  
310 conselheira Rachel informou sobre sua participação na Conferência Municipal de  
311 Petrópolis e Friburgo – RJ; 7) A Conselheira Maria Stela informou sobre sua  
312 participação na Conferência Municipal de Mato Grosso do Sul e na Conferência  
313 Estadual do Paraná , destacando a realização de trezentos e setenta e três Conferência  
314 Municipais no Estado do Paraná; 8) O conselheiro Clóvis informou sobre a sua  
315 participação na III Jornada de Integração da Região Sul pelo Fim da Violência,  
316 Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Porto Alegre, ficando de  
317 apresentar o relatório do Encontro na próxima plenária; 9) O Presidente informou  
318 sobre documento recebido do Ministério Público de Araçatuba – SP denunciando  
319 problemas no atendimento de crianças e adolescentes e propôs que o Conanda se  
320 articule com o CONDECA para visita ao Município, delegando á conselheira Maria  
321 Izabel as articulações com o Conselho Estadual. O conselheiro Joacir alertou sobre a  
322 necessidade do cumprimento da Resolução número sessenta e oito do CONANDA  
323 que dispõe sobre o atendimento em creche e pré-escola. 10) Convite da Secretaria de  
324 Estado da Assistência Social, Cidadania e Trabalho solicitando a presença do  
325 conselheiro Motti para proferir palestra de abertura no I Encontro Estadual de  
326 Conselheiros Tutelares e de Direitos do Estado de Mato Grosso do Sul; 11) Convite  
327 da Universidade Estadual do Rio de Janeiro para participar de Seminário para  
328 lançamento da Campanha sobre maioridade penal. O Presidente e as conselheira  
329 Rachel e Ivone representarão o Conanda no evento; 12) O Presidente informou que  
330 foi procurado por um profissional em captação de recursos que propôs intermediar

331 através do Fundo Nacional para a Infância e Adolescência. O Presidente esclareceu,  
332 porém, que para efetivar esta intermediação há necessidade de pagamento de um  
333 percentual à esse profissional. Informou ainda, que já manteve contatos com os  
334 dirigentes da Petrobrás os quais demonstraram interesse em financiar essas ações.  
335 Esclareceu também que o assunto foi tratado com o Secretário de Estado dos  
336 Direitos Humanos – Adjunto e com a Diretora do Departamento da Criança e do  
337 Adolescente e que o Secretário Adjunto se pronunciou contrário em financiar a  
338 intermediação da lobista, alegando que o Ministério da Justiça tem condições de  
339 financiar a Conferência Nacional . Os conselheiros Osvaldo e Motti se pronunciaram  
340 alegando que o Conanda tem condições e competência para buscar patrocínios,  
341 porém, sugerem que o pagamento do intermediador seja creditado à empresas  
342 financiadoras. O conselheiro Olympio considera ser papel do Conanda a captação de  
343 recursos e sugere que os recursos para a Conferência não sejam creditados ao FNCA.  
344 As conselheiras Maria Stela e Ozanira defendem a idéia de que o Conanda tenha uma  
345 política de captação de recursos. O Conselheiro Osvaldo propôs a indicação de dois  
346 conselheiros para atuarem na captação de recursos para o Fundo Nacional, tendo sido  
347 indicado pela plenária os nomes dos conselheiros Osvaldo e Caio . A conselheira  
348 Eliana, sugeriu a inclusão de um representante da SEDH para atuarem  
349 conjuntamente. A Diretora do DCA, Maria Ignês sugeriu explicitar os termos das  
350 negociações. Posteriormente a estas discussões o conselheiro Osvaldo manteve  
351 contatos com o Diretor Presidente da Petrobrás que continua disposto a financiar as  
352 ações da IV Conferência e outras ações de interesse nacional. Para a efetivação dessa



353 parceria solicitou o encaminhamento do pedido formal por parte do CONANDA.  
354 Após o debate sobre o assunto foi deliberado o envio de correspondência ao  
355 Presidente da Petrobrás o mais urgente possível. O encaminhamento aprovado pela  
356 plenária é de que os recursos da Petrobrás não sejam creditados ao FNCA e que seja  
357 feito direto pelo Conanda sem a figura do intermediador; 14) Ofício recebido do  
358 CEDCA-RS solicitando o acompanhamento do Conanda sobre as negociações em  
359 Brasília para o retorno do menino Iruan Frgui Wu, para a sua família de origem,  
360 retido indevidamente em território estrangeiro. O conselheiro Júlio informou sobre a  
361 sua participação na reunião promovida pela Comissão dos Direitos Humanos da  
362 Câmara dos Deputados para tratar do assunto sobre o menino Iruan, cuja conclusão  
363 será continuar as negociações através da via judicial por ser a mais correta; 15) O  
364 conselheiro José Fernando informou sobre a sua participação na Pré Conferência da  
365 Assistência Social na cidade de Recife sobre a temática da criança e do adolescente;  
366 16) A conselheira Kênia informou que esteve em Uberlândia e descobriu que estava  
367 havendo na cidade fluxo de exploração sexual de crianças e adolescentes. A  
368 conselheira manteve contatos com o Presidente do Conanda e junto elaboram ofício  
369 às autoridades competentes; 17) A conselheira Laura Rossseti informou sobre o XX  
370 Congresso Nacional das APAE's e do I Fórum Nacional de Autodefensores e que no  
371 final do evento foi elaborada a Carta de Fortaleza. A conselheira Rachel solicitou  
372 cópia da Carta à representante da APAE; 18) O conselheiro José Fernando ressaltou  
373 que na assembléia de Salvador a sociedade civil e o governo se propuseram discutir a  
374 questão das assembléias do Conselho. A conselheira Eliana informou que manteve

375 questão das assembléias do Conselho. A conselheira Eliana informou que manteve  
376 contatos com a Diretora do DCA e com o conselheiro Ivanildo para formular  
377 proposições sobre o assunto; 19) A conselheira Rachel congratulou-se com a  
378 presença dos conselheiros governamentais e lamentou as ausências; 20) A  
379 conselheira Ozanira solicitou que registrasse em Ata os cumprimentos pelo  
380 aniversário da Bernadete e o reconhecimento pelo seu trabalho prestado. 21) A  
381 conselheira Beatriz, pediu informações sobre a proposta da Pastoral de captação de  
382 recursos ao Fundo, tendo sido informada que devido ao acúmulo de assuntos não  
383 houve tempo de concluir as discussões;22) – A conselheira Maria Izabel irá circular  
384 novamente a proposta de resolução sobre a Lei do Aprendiz, para definição do  
385 assunto na próxima reunião da Comissão de Políticas Públicas;23) –O Conselheiro  
386 Normando informou que a ABONG irá editar livro com subsídios para a IV  
387 Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente , solicitando a  
388 colaboração de todos para o envio de textos para compor o caderno da ABONG, que  
389 será distribuído à todos os participantes da Conferência Nacional. Nada mais havendo  
390 a tratar, foi encerrada a assembléia, e para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a  
391 presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo  
392 Presidente do CONANDA.

393  
394   
CLAUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

395 Presidente